

Pós-Graduação *Lato Sensu* em Direito Digital e *Compliance*

(Turma 6 – Abril/2017)

TURMAS

Formato	Curso	Turma
Presencial (Sala Estúdio Liberdade)	11624	05393
Telepresencial (inscrição na Unidade Damásio)	11626	05394
Online (inscrição na Unidade Damásio)	11628	05395

SOBRE O CURSO

O curso tem por objetivo capacitar o aluno à compreender a influência da tecnologia no cotidiano por meio dos seus reflexos jurídicos, discutindo a legislação de lege lata e de lege ferenda, questões éticas e técnicas sobre diversos assuntos intimamente relacionados à tecnologia.

Permitir que os pós-graduandos sejam inseridos no contexto do Direito Digital, permitindo que possam lidar com aspectos gerais da matéria, encaminhando estudos dirigidos para tópicos específicos como os Crimes Digitais, a Responsabilidade dos Provedores de Acesso e de Conteúdo, Internet das Coisas, Políticas de Uso, BYOD, Compliance em ambientes digitais e em outros, decorrentes de relações com a tecnologia. Auxiliar os alunos a pensarem criticamente e a desenvolverem ideias para o enfrentamento de problemas atuais e futuros das relações da tecnologia com o Direito.

Todos os professores do curso são profissionais com indiscutível conhecimento teórico e prático das matérias, alinhados com suas expertises profissionais e acadêmicas.

IMPORTANTE: Para que o aluno tenha mais informações sobre a organização do curso e sobre as suas obrigações como pós-graduando, se faz imprescindível a leitura do MANUAL DO ALUNO, disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA.

PERÍODO

Presencial e Telepresencial
de 24/04/2017 a 22/10/2018
Matrículas até: dia 15/05/2017

Online
de 26/04/2017 a 24/10/2018
Matrículas até: dia 17/05/2017

DIAS e HORÁRIOS

Presencial e Telepresencial
às segundas-feiras
das 08h00 às 11h40

Online
às quartas-feiras
até às 18h00

CONTEÚDO

Disciplinas, Temas e Carga-Horária

MÓDULOS		
Disciplinas	Temas	Carga-horária
Direito Digital Aplicado (abril/2017)	Documento Digital e Certificação Digital. Investigação policial e investigação privada. Conceitos. Limites. Propósitos. Extensão. As provas digitais nos processos civil e penal. A perícia forense, os peritos judiciais e os peritos privados. Atuações. Mercado de trabalho. Peticionamento. Detalhes técnicos necessários para a obtenção da tutela jurisdicional. As atuações práticas na seara cível e criminal. O PJe – Processo Eletrônico. Funcionamento. Requisitos. Funcionalidades. Arbitragem em questões envolvendo Direito e Tecnologia. Jurisprudência em Direito e Tecnologia. Casos práticos discutidos como exemplos.	70 horas
Governança de T.I. e Compliance (agosto/2017)	Governança de Tecnologia da Informação. <i>Compliance</i> : fundamentos. Dia-a-dia de <i>Compliance</i> . Segurança da Informação. Continuidade dos negócios. Auditoria e investigação em ambientes digitais. <i>Compliance</i> e Direito Digital. O profissional do Direito Digital e <i>Compliance</i> : perspectivas e desafios. Casos práticos.	70 horas
Fundamentos do Direito Digital (outubro/2017)	Introdução à Sociedade da informação e ao Direito Digital. Economia Digital. Fundamentos jurídicos e modelos de negócios na Internet. Direitos Fundamentais no meio ambiente digital. Os impactos da tecnologia para as empresas e para as pessoas. Big data, privacidade e intimidade. Fundamentos técnicos da Internet e Segurança da Informação. Tecnologia e Inovação: impactos no Direito Digital. Direito Digital e o futuro do Direito.	70 horas
Legislação e a Constituição: desafios, conflitos e interpretações (fevereiro/2018)	Questões Constitucionais. Liberdade de expressão, anonimato e direito ao esquecimento. Responsabilidade Civil decorrente de atos no meio ambiente digital. Contratos Digitais, E-commerce e os Direitos do Consumidor no âmbito digital. Propriedade Imaterial no âmbito digital. Crimes Digitais no Código Penal e na Legislação Especial. O Marco Civil da Internet. Direito Digital e implicações no Direito do Trabalho. Direito Tributário Digital. Direito Digital Transnacional e Direito Digital Comparado.	70 horas
Metodologia do Trabalho Científico (online)	Monografia. Estrutura da Monografia. Elementos pré-textuais: Capa. Lombada. Folha De Rosto. Errata. Folha De Aprovação. Dedicatória. Agradecimentos. Citação ou Epígrafe. Declaração de isenção de responsabilidade. Resumo em português. Resumo em língua estrangeira. Lista de ilustrações. Lista de abreviaturas, siglas ou símbolos. Sumário. Elementos textuais: Introdução. Desenvolvimento do trabalho – capítulos ou seções. Conclusão. Elementos pós-textuais: Referências. Glossário.	50 horas
Didática do Ensino Superior (online)	Princípios da andragogia. Variáveis na aprendizagem. O professor universitário. Características do professor eficaz. O estudante universitário. Relação professor-estudante. Estratégias facilitadoras da aprendizagem. Planejando aulas. Avaliação de conteúdos. Avaliações inadequadas. Correção. Educação à distância e o uso de novas tecnologias. Equívocos. Aulas expositivas.	50 horas
TOTAL		380 horas

(*) Cronograma de aulas/temas sujeitos à alteração.

CORPO DOCENTE

Direção, Coordenação e Professores

DIRETOR PEDAGÓGICO

Pedro Regazzo

COORDENADORES

Coordenador Científico

Marcelo Xavier de Freitas Crespo

Doutor e Mestre em Direito Penal pela FADUSP. Possui pós-graduação em Segurança da Informação e também em Direito Penal pela Universidade de Salamanca. Professor titular da Faculdade de Direito de Sorocaba. Professor na Escola Paulista de Direito nos cursos de pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal. Membro do IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo, integrando as comissões de Compliance e Criminal Compliance do Instituto. Membro do Subgrupo de Direito Digital da FIESP. Colunista do Portal Migalhas na coluna “Direito Digital” e no Portal Ciências Criminais. Palestrante e autor de diversas obras jurídicas, em especial “Crimes Digitais” publicado pela Editora Saraiva.

Coordenador Pedagógico

Coriolano Camargo

Mestre e Doutor em Direito com certificado internacional em Direito Digital pela Caldwell Community College and Technical Institute e pela HTCIA. Conselheiro Estadual da OAB SP (2013 - 2018). Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (2005/2017). Diretor Titular Adjunto do Departamento Jurídico da FIESP e CIESP. Conselheiro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da FIESP (Conjur). Autor do primeiro livro da OAB SP sobre Direito Eletrônico e Crimes cibernéticos, Coautor em mais de 20 obras jurídicas. Colunista da coluna de Direito Digital do Portal Migalhas. Professor convidado da FIA, Mackenzie, EPD e outras. Professor da Academia Nacional de Polícia Judiciária EADELTA da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

PROFESSORES

Argos Ribeiro Simões

Doutor em Direito Tributário pela PUC/SP; Especialista em Direito Tributário pelo IBET/IBDT e pela Escola Fazendária do Estado de São Paulo; Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo;

Bruno Bioni

Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2016), pós-graduado em Direito Civil e Consumidor pela Escola Paulista de Direito (2013) e graduado em Direito pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (2012). Foi trainee do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do Conselho da Europa (2015) e pesquisador visitante no Centro de Pesquisa de Direito, Tecnologia e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa (2014-2015). Foi ganhador do 1º lugar do III Concurso de Monografias do Instituto Brasileiro de Política e Direito do

Consumidor/Brasilcon, Atualmente é pesquisador do Grupo de Políticas Públicas para o Acesso à Informação/GPoPAI da Universidade de São Paulo (Projeto Privacidade e Vigilância no Brasil) e advogado do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto Br/NIC.br.

Carlos Affonso Souza

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador Visitante do Information Society Project, da Faculdade de Direito da Universidade de Yale. Professor Visitante nos cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu da UERJ. Professor dos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu da PUC-Rio e do IBMEC, lecionando matérias relacionadas ao Direito Civil e a à interface entre Direito e Tecnologias da Informação e Comunicação. Membro da Comissão de Direito Autoral da OAB/RJ (desde 2007). Conselheiro eleito do GNSO/ICANN como representante dos usuários não-comerciais da Internet (2008-2009) e membro do Comitê Executivo da NCUC (non-commercial users constituency). Membro do Comitê Executivo da Iniciativa por Princípios e Direitos Fundamentais na Internet, criada no Fórum de Governança da Internet (IGF) da ONU. Fundador e coordenador do Centro de Tecnologia e Sociedade (CTS/FGV), entre 2003 e 2013. Policy Fellow da ONG Access. Conselheiro do Instituto NUPEF. Consultor do Observatório da Internet no Brasil, uma iniciativa do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br). Membro e Diretor do ITS.

Carlos Eduardo Miguel Sobral

Pós-graduado em ciência da computação pela UNB. Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e Coordenador da Escola Nacional de Polícia Judiciária EADELTA. Participou da coordenação de operações policiais de combate à pornografia infantil (Operação Carrossel I e II e Turbo), à Pirataria (I commerce II), à venda de medicamentos falsificados/contrabandeados (Operação Placebo e Virtua Pharma), alta tecnologia (Operação Conexão Holanda/Shadow) e fraudes bancárias (Projetos Tentáculos, Oráculo e Operação Kaçada).

Coriolano Camargo

Mestre e Doutor em Direito com certificado internacional em Direito Digital pela Caldwell Community College and Technical Institute e pela HTCIA. Conselheiro Estadual da OAB SP (2013 - 2018). Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas de São Paulo (2005/2017). Diretor Titular Adjunto do Departamento Jurídico da FIESP e CIESP. Conselheiro do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos da FIESP (Conjur). Autor do primeiro livro da OAB SP sobre Direito Eletrônico e Crimes cibernéticos, Coautor em mais de 20 obras jurídicas. Colunista da coluna de Direito Digital do Portal Migalhas. Professor convidado da FIA, Mackenzie, EPD e outras. Professor da Academia Nacional de Polícia Judiciária EADELTA da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal.

Cristina Sleiman

Mestre em Sistema Eletrônicos/ Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da USP. Advogada (OAB/SP 234.349) formada pela Faculdades Capital (2004) e graduação em Pedagogia pela Universidade Sao Judas Tadeu (1992). Extensão em Educador Virtual pelo Senac em parceria com Simon Fraser University e extensão em Direito Da Tecnologia pela FGV/RJ.

Daniel Opperman

É pós-doutorando no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e doutor em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (UnB). Possui diploma em Ciência Política pela Universidade Livre de Berlim (FU Berlin). Membro do Steering Committee e Chair of Program Committee

do Global Internet Governança Academic Network (GigaNet) e membro da diretoria da Associação Brasileira de Internet (Abranet). Foi pesquisador do Observatório Político Sul-Americano (OPSA-UERJ) e do Núcleo de Pesquisas em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (NUPRI-USP). Tem experiência como profissional da indústria de TI e como pesquisador nas áreas de governança de internet, processos de governança multissetorial, ICANN e segurança cibernética.

Danilo Doneda

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná (1995), Mestre (1999) e Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2004). Professor visitante na Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Foi Coordenador-Geral de Estudos e Monitoramento de Mercado na Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça. Foi pesquisador visitante na Università degli Studi di Camerino e na Autorità Garante per la Protezione dei Dati Personali, ambas na Itália.

Dennys Antonialli

Doutorando em direito constitucional pela Universidade de São Paulo, com graduação em direito pela mesma universidade (2008), mestrado em direito pela Universidade de Stanford (JSM, 2011) e mestrado profissional em "Law and Business", conjuntamente oferecido pela Bucerius Law School e pela WHU Otto Beisheim School of Management (MLB, 2010). Foi ganhador do primeiro lugar do "2011 Steven M. Block Civil Liberties Award" (Stanford Law School) e um dos vencedores do "Prêmio Marco Civil da Internet e Desenvolvimento" (FGV-SP/Google Brasil). Atuou junto à equipe de políticas públicas em tecnologia e direitos civis na American Civil Liberties Union of Northern California (ACLU/NC) e como consultor jurídico do "Timor Leste Legal Education Project", da Stanford Law School/Asia Foundation. Foi pesquisador do Alexander von Humboldt Institute for Internet and Society (Berlim). Atualmente é coordenador do Núcleo de Direito, Internet e Sociedade da FD-USP (NDIS) e diretor da Associação InternetLab de Pesquisa em Direito e Tecnologia. Suas áreas de interesse são: direito e tecnologia, direito da internet, privacidade e direitos fundamentais, propriedade intelectual.

Emerson Predolim

Advogado com MBA em Direito Eletrônico pela Escola Paulista de Direito, Especialização em Crimes Eletrônicos por meio de intercâmbio com a Caldwell Community College - Carolina do Norte - USA, Pós Graduando em Direito Tributário pelo Instituto Internacional de Ciências Sociais, Membro efetivo da Comissão de Direito Digital e Compliance da OAB-SP, Coordenador da Coordenadoria de Processo Eletrônico da CDDC da OAB-SP, Secretário Geral da Comissão de Direito Tributário da OAB-SP.

Erasmão Ribeiro Guimarães Junior

Possui MBA e Pós Graduação em Direito Eletrônico pela Escola Paulista de Direito (EPD), Especialização Internacional em CyberSecurity and Law Program pela Caldwell Community College & Technical Institute (CCCTI-EUA), Extensão em Investigação e Fraude corporativa (Master Business Investigation and Fraud) pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP); Perito Forense Digital com larga experiência em Segurança de Informação, Tecnologia e Mitigação de riscos. Possui especialização das principais certificações do mercado nacional e internacional como COBITc, ITILc, ACPFc (Axur security), CHFI - Computer Hacking Forensic Investigation pela EC-Council (EUA); Computer Forensic Investigations pelo SANS Institute (EUA). Membro das entidades de classe: HTCIA - High Technology Crime Investigation Association – Brasil e EUA, ACFE - Association Of Certified Fraud Examiners (EUA); ISSA - Information Systems Security Association - Capítulo Brasil; ISOC - Internet Society - Capítulos Brasil e Estados Unidos; CDECAT - Comissão de Direito Eletrônico e Crimes de Alta Tecnologia; Defesa e Cidadania da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção São Paulo; ISACA - Information Systems Audit Control Association.

Hélcio Honda

Advogado formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) com especialização em Direito Empresarial pela Universidade Mackenzie. Eleito Juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo - TIT em 2004, sendo nomeado Presidente da 8ª Câmara efetiva para o biênio 2006 e 2007. Superintendente jurídico da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT) e do Sindicato da Indústria Têxtil de São Paulo. Na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – CIESP, é Diretor Titular do Departamento Jurídico (Dejur) e vice-presidente do Conselho Superior de Assuntos Jurídicos e Legislativos (Conjur). Participante das discussões sobre a reforma tributária de 2004 no Congresso Nacional. No escritório, é responsável pelas áreas Tributária (Consultiva e Contenciosa), Fiscal, Propriedade Intelectual e Comércio Exterior.

João Carlos Campos de Moraes

Sócio - Coordenador das Áreas Trabalhista e Sindical na Cruzelles Rodrigues & Campos de Moraes Sociedade de Advogados.

José Mariano de Araújo Filho

Delegado da Divisão de Tecnologia da Informação do Departamento de Inteligência da Polícia Civil de São Paulo e Supervisor do Laboratório de Crimes Eletrônicos da Polícia Civil de São Paulo. Professor concursado de Sistemas Policiais e Investigação de Crimes Praticados por Meios Eletrônicos da Academia da Polícia Civil de São Paulo. Professor de Investigação de Cibercrimes no MBA de Direito Eletrônico da Escola Paulista de Direito. Professor de Direito Comercial e Direito Penal na Graduação e na Pós-graduação da Universidade Camilo Castelo Branco e Universidade Bandeirante na cidade de São Paulo.

Kelli Angelini

Advogada Mestre em Direito Civil pela PUC/SP e gerente jurídica do NIC.br

Liana Irani Affonso Cunha

Coordenadora de Compliance em Empresa do Setor de cuidados para a Saúde; Uma das responsáveis pelo Programa de Compliance, Políticas e Procedimentos Internos, Gestão de Risco e Treinamentos; Membro do Comitê de Compliance da Interfarma - Associação da Indústria Farmacêutica e Membro da Comissão de Estudos de Compliance do IASP e da ABIMED - Associação Brasileira de Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde; Bacharel em Direito pelo Mackenzie e em Letras pela Fundação Santo André. Pós-Graduada pela PUC.

Manuel David Masseno

Professor Adjunto do Instituto Politécnico de Beja. Membro do laboratório UbiNET - Segurança Informática e Cibercrime

Marcel Leonardi

Pós-doutor pela Berkeley Law, University of California, com o paper “Comments to OECD on Information Intermediaries” (2009). Doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo com a tese “Tutela da privacidade na Internet” (2009). Capacitado em Governança da Internet pela Diplo Foundation, Malta, União Européia (2008). Mestre pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com a dissertação “Responsabilidade civil

dos provedores de serviços de Internet” (2004). Bacharel pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, com especialização em Direito de Empresas (1997).

Marcelo Crespo

Doutor e Mestre em Direito Penal pela FADUSP. Possui pós-graduação em Segurança da Informação e também em Direito Penal pela Universidade de Salamanca. Professor titular da Faculdade de Direito de Sorocaba. Professor na Escola Paulista de Direito nos cursos de pós-graduação em Direito Penal e Processo Penal. Membro do IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo, integrando as comissões de Compliance e Criminal Compliance do Instituto. Membro do Subgrupo de Direito Digital da FIESP. Colunista do Portal Migalhas na coluna “Direito Digital” e no Portal Ciências Criminais. Palestrante e autor de diversas obras jurídicas, em especial “Crimes Digitais” publicado pela Editora Saraiva.

Marco Antonio de Araujo Junior

Advogado, Conselheiro Seccional da OAB/SP, Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor da OAB/SP. Membro Efetivo da Comissão Nacional de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB. Diretor Executivo do Damásio Educacional. Autor de diversas obras.

Paulo Pagliusi

Consultor, Autor e Palestrante, Ph.D. in Information Security (Royal Holloway, University of London). Mestre em Ciência da Computação (UNICAMP). Pós-Graduado em Análise de Sistemas (PUC-Rio). Graduado em Administração de Sistemas (Escola Naval). Certificado CISM, pela ISACA. Capitão-de-Mar-e-Guerra da Reserva (Marinha), foi Diretor (CEO) de duas Organizações Militares e fundou a Divisão de Criptologia no CASNAV. É CEO da MPSafe, Vice-Presidente da ISACA Rio da Cloud Security Alliance (CSA-BR). Referência para o governo brasileiro como especialista no caso Snowden, durante as audiências públicas da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal criada para investigar a espionagem norte-americana. Autor do livro: Internet Authentication for Remote Access.

Renato Leite Monteiro

Especialista em Proteção de Dados e Privacidade. Professor de Direito Digital e Internacional da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Coordenador do Grupo de Estudos em Direito, Tecnologia e Inovação da Faculdade de Direito do Mackenzie. Possui LL.M. em Direito e Tecnologia pela New York University e pela National University of Singapore. Mestre em Direito Constitucional pela UFC. Study visitor do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do Conselho da Europa.

Sérgio Branco

Doutor e Mestre em Direito Civil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisador convidado do Centre de Recherche en Droit Publique da Universidade de Montréal. Professor de direito civil e de propriedade intelectual da graduação e da pós-graduação da FGV Direito Rio (2006-2013). Procurador-Chefe do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI (2006). Coordenador de desenvolvimento acadêmico do programa de pós-graduação da FGV Direito Rio (2005). Autor dos livros “Direitos Autorais na Internet e o Uso de Obras Alheias”, “O Domínio Público no Direito Autoral Brasileiro – Uma Obra em Domínio Público” e “O que é Creative Commons – Novos Modelos de Direito Autoral em um Mundo Mais Criativo”. Especialista em propriedade intelectual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Pós-graduado em cinema documentário pela FGV. Graduado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Advogado. Cofundador e diretor do ITS Rio.

(*) Corpo Docente sujeito à alteração.

DIFERENCIAIS

- ✓ Material pré-aula;
- ✓ Atividades pós-aula para o aprofundamento do que foi tratado;
- ✓ Duração de 12 meses + período de Orientação e entrega de Monografia;
- ✓ Aulas com os maiores expoentes do Direito Digital e *Compliance*;
- ✓ Pergunte ao professor;
- ✓ Certificado de Conclusão emitido pela Faculdade Damásio, por força da Portaria MEC n. 921/2002 e da Portaria MEC n. 324/2013.
- ✓ Para os matriculados no formato *online*:
 - As aulas ficarão disponíveis durante todo o curso;
 - Os alunos poderão assistir as aulas em qualquer horário até o término do curso.

REQUISITOS MÍNIMOS

Ingresso no Curso

O aluno deve ter **colado grau até o dia 20/04/2017 (quinta-feira)** e deverá apresentar os seguintes documentos:

- **Cópias autenticadas:** RG (*), CPF, Certidão de Nascimento ou Casamento, Diploma de Graduação (frente e verso) ou Certidão de Colação de Grau (**) e Histórico Escolar;
- **Cópia simples:** Comprovante de residência;
- **Originais:** 1 (uma) foto 3x4 atual e Currículo profissional atualizado.

(*) A cópia autenticada da Carteira da OAB é aceita em substituição à do RG. A cópia da CNH não é permitida em virtude da falta de dados necessários.

(**) A Certidão de Colação de Grau é aceita apenas para fins de matrícula, sendo indispensável o Diploma de Graduação, para certificação ao final do curso.

✓ A documentação deve ser enviada para a Secretaria Acadêmica, junto com 1 (uma) via do contrato, impreterivelmente, até o dia **29/05/2017 (segunda-feira)**.

✓ Os documentos mencionados, acima, devem ser recebidos e enviados pela Unidade de Apoio para o seguinte endereço: A/C Secretaria Acadêmica – Rua da Glória, 195 – Liberdade - São Paulo/SP – CEP: 01510-001.

Acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA

- ✓ Conexão Internet 1mbps;
- ✓ Navegadores, Internet Explorer versão 10 ou superior, Chrome versão 29.0.1547 ou superior. Compatível com Iphone e Ipad;
- ✓ **Não** compatível com Firefox e Android;
- ✓ Plug-In Flash Player versão 11.8 ou superior;
- ✓ Adobe Acrobat Reader.